



Inspirali Educação S.A.

CNPJ/MF Nº 35.822.503/0001-27

NIRE 31.300.130.835

Relatório da Administração

Prezado Acionista, Apresentamos abaixo os principais números do exercício de 2022. **Receita Operacional Líquida:** A receita líquida consolidada da Companhia em 2022 atingiu R\$ 2.823,5 milhões. **Custos e Lucro Bruto:** Os custos dos serviços prestados em 2022 totalizaram R\$ 1.186,4 milhões, equivalente a 42% da receita operacional líquida. O lucro bruto foi de R\$ 1.637,1 milhões, equivalente a 58% da receita operacional líquida. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 947,7 milhões em 2022, representando 33,6% da receita operacional líquida. **Resultado Financeiro:** Em 2022 foram contabilizados R\$ 472,8 milhões de despesas financeiras e R\$ 129,0 milhões de receitas financeiras. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 4,5 milhões e de R\$ 437,3 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos. **Lucro Líquido:** Em 2022 a Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 490,4 milhões, representando 17,4% da receita operacional líquida. **Caixa e Aplicações Financeiras:** Encerramos o exercício de 2022 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 984,6 milhões que servirão para garantir a manutenção e expansão da operação. **Investimentos:** Finalizamos 2022 com investimentos consolidados de R\$ 99,4 milhões, equivalente a 3,5% da receita líquida. **Empréstimos:** Encerramos o exercício de 2022 com o saldo de R\$ 2.044,5 milhões em empréstimos, representado basicamente pela primeira emissão de debênture. **Eventos relevantes:** Em 2 de janeiro de 2022 foi realizada, pela Ânima Holding, a venda da VC Network para a Inspirali pelo valor de R\$ 2.100,0 milhões, correspondentes a 49% do total de suas ações. Em 3 de janeiro de 2022, a Ânima Holding realizou um aumento de capital na Inspirali, correspondentes a 6% do capital da VC Network, ao valor patrimonial de R\$ 255,0 milhões. A partir desta data a entidade VC Network passou a ser controlada, de forma direta, pela Inspirali que detém 55% de seu capital social. Em 30 de março de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Sociosc. A cisão parcial implicou na redução de capital social da Sociosc que passou a ser de R\$ 28,2 milhões e um aumento de capital na IEDUC que passou a ser de R\$ 74,6 milhões. O acervo cindido corresponde a R\$ 65,8 milhões. A partir desta data a IEDUC passou a ser controlada direta da PGP Educação com participação de 88%. Em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da Ânima, equivalentes a 45% do capital social da VC Network, em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais será garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais), que não for oriundo dos cursos de Medicina, observados ainda os critérios de rateio de despesas e receitas, fixados de acordo com as normas legais e contratuais aplicáveis. Tais critérios foram revisados por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo Comitê de Administração e Riscos da Ânima. Também foi assinado, entre Ânima e Inspirali, um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização para o caso de eventual resultado da operação relativa aos cursos de medicina ser afetada pela operação referente demais cursos ou vice-versa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 esse mecanismo não foi acionado. Também em 31 de março de 2022, após a celebração de acordo de investimento estratégico entre a Ânima e a DNA Capital e uma vez que todas as condições precedentes foram atendidas, o Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma VIII ("Fundo Genoma VIII"), administrado pela DNA Capital, adquiriu 25,0% do capital social total e votante da Inspirali. Em 1º de abril de 2022, foi aprovada a cessão de ações da IEDUC pela VC Network para a PGP Educação ao valor patrimonial de R\$ 127,3 milhões, a ser paga em até 5 anos. Em 1º de dezembro de 2022 houve a cisão da Pensare e a imediata incorporação das parcelas cindidas por suas controladas (UAM, UNIFACS e UNP). Em virtude da cisão, as ações da Pensare que eram de titularidade da VC Network foram substituídas pelas ações que a Pensare detinha da UAM, UNP e UNIFACS. **Declaração da Diretoria:** Os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras.

(Continua)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro Valores expressos em milhares de reais - R\$								
Balanço Patrimonial - Valores expressos em milhares de reais - R\$					Reserva de lucros								
Ativos	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Dividendos propostos adicionais	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativos Circulantes													
Caixa e equivalentes de caixa	6	155.811	8	215.453	4.682						12.551	-	12.551
Aplicações financeiras	6	515.040	-	769.179	14.426						23.699	-	23.699
Contas a receber	7	1.616	-	609.116	13.412						-	-	-
Adiantamentos diversos	8	430	68	44.614	1.025						-	5.504	5.504
Impostos e contribuições a recuperar	9	9.128	-	54.915	-		25	-	-	-	-	-	-
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	2.071	-		-	-	-	-	-	-	-
Conta a receber com partes relacionadas	29	1.040	45	79.695	11.703		-	-	(78.747)	-	(78.747)	-	(78.747)
Dividendos a receber	29	620.772	2.073	-	-		-	-	(13.791)	(13.791)	(13.791)	(269)	(14.060)
Outros ativos circulantes		3.794	1	19.267	717		-	-	(78.747)	(14.180)	(14.180)	5.235	(51.028)
Total dos ativos circulantes		1.307.631	2.195	1.794.310	45.965		344.017	917.262	-	-	1.261.279	-	1.261.279
Ativos não Circulantes													
Contas a receber	7	-	-	35.323	838		-	-	(9.973)	(9.973)	-	(9.973)	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	12.189	-		2.972	-	-	-	2.972	1.228	4.200
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.776	-	-	-		251	-	-	-	251	1.957.542	1.957.793
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	242.185	-		-	-	-	-	474.696	15.803	490.499
Depósitos judiciais	22	-	-	115.393	623		-	196.645	-	-	(196.645)	-	-
Créditos com partes relacionadas	29	17.463	-	47	200		-	-	148.742	-	(148.742)	-	-
Outros ativos não circulantes		1	-	5.847	452		-	-	(575)	(115.129)	(115.704)	(28.034)	(143.738)
Investimentos	12	2.560.051	235.123	1.672	-		355.907	945.259	196.645	-	1.557.258	1.951.774	3.509.032
Imobilizado	13	353	6	466.093	11.500		-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de arrendamentos	14	-	-	1.013.927	12.420		-	-	-	-	-	-	-
Intangível	15	11.838	4.938	4.681.227	267.144		-	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos não circulantes		2.591.482	240.067	6.573.903	293.177		-	-	-	-	-	-	-
Total dos Ativos		3.899.113	242.262	8.368.213	339.142		-	-	-	-	-	-	-
Passivos e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)													
Passivos Circulantes													
Fornecedores	29	2.060	1.238	154.370	10.548		-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	14	135	35	121.629	13.843		-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	16	69.121	-	151.186	230		-	-	-	-	-	-	-
Emprestimos, financiamentos e debêntures	17	2.527	713	127.004	2.193		-	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e salariais	18	2.138	236	40.109	1.703		-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	19	-	-	85.996	2.583		-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	20	-	-	13.374	-		-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e contribuições	21	49.892	200.803	105.656	200.803		-	-	-	-	-	-	-
Títulos e obrigações em aquisições	23	115.129	-	134.145	17.407		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	23	-	-	47.686	458		-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		241.002	203.025	1.051.379	249.768		-	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos circulantes		2.100.853	95.500	3.807.802	140.402		-	-	-	-	-	-	-
Passivos não Circulantes													
Arrendamentos a pagar	14	-	-	1.007.712	13.320		-	-	-	-	-	-	-
Emprestimos, financiamentos e debêntures	16	1.974.270	-	1.974.281	-		-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	19	-	-	5.862	-		-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	53.243	-		-	-	-	-	-	-	-
Títulos e obrigações em aquisições	21	126.583	95.500	244.668	105.231		-	-	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	29	-	-	76	3		-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	35.373	21.800		-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	22	-	-	482.206	48		-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	4.381	-		-	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		2.100.853	95.500	3.807.802	140.402		-	-	-	-	-	-	-
Total dos Passivos		2.341.855	238.525	4.859.181	390.170		-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)													
Capital social	23	355.907	11.890	355.907	11.890		-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	23	945.259	24.774	945.259	24.774		-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	23	(89.295)	(78.747)	(89.295)	(78.747)		-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	23	345.387	-	345.387	-		-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.557.258	(56.263)	3.509.032	(51.028)		-	-	-	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	24	-	-	1.951.774	5.235		-	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		1.557.258	(56.263)	3.509.032	(51.028)		-	-	-	-	-	-	-
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		3.899.113	242.262	8.368.213	339.142		-	-	-	-	-	-	-

(e comum ainda não foram abordadas especificamente pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPC") e pelas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). Sendo assim, conforme parágrafo 11 do Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8), a Companhia considerou a aplicabilidade dos requisitos e a orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratam de assuntos semelhantes relacionados. Em uma relação de transferência de ações entre empresas de controle comum, os negócios adquiridos pela Companhia já pertenciam ao Grupo Ânima, havendo a transferência das ações dentro do mesmo grupo econômico. Desta maneira, não houve alteração nas bases de mensuração de ativos e passivos em relação aos seus valores contábeis históricos ("custo predecessor"). Desta forma, a Companhia não aplicou o método de aquisição (mensurados a valores justos), conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) IFRS 3. Após a reestruturação, a Companhia continua a ser controlada diretamente pelos acionistas da Ânima Holding S.A. Na data da efetivação da operação, em 2 de janeiro de 2022, a Companhia registrou contabilmente, resultante da operação, um aumento de capital no valor de R\$ 2.100.000, reconhecidos em seu patrimônio líquido em contrapartida aos investimentos. Nesta contabilização, foi utilizado o valor histórico do patrimônio líquido das investidas, conforme laudo de avaliação datado de 31 de dezembro de 2021 (lastrados em balancetes patrimoniais das investidas e documentação comprobatória materialmente relevante) e nas demonstrações consolidadas. Foram reconhecidos os ativos e passivos com base nos valores históricos, ou custo predecessor, de cada entidade. Essas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os resultados das entidades adquiridas e o balanço patrimonial prospectivamente a partir da data em que ocorreu a combinação de negócios sob controle comum. Como a combinação é tratada prospectivamente, as informações comparativas são apresentadas apenas para a Inspiral Educação S.A. 3.1.8 Valor justo do passivo de resgate e análise quanto à retenção de riscos e benefícios na participação de acionistas não controladores: Conforme descrito na Nota 21, a Companhia é parte em contrato de opções de compra e venda com os acionistas não controladores do IBCMED. A estimativa do valor justo do contrato envolve um elevado grau de julgamento em função da necessidade de se estimar o EBITDA futuro do IBCMED, bem como as projeções do fluxo de caixa, taxas de crescimento e taxa de desconto. A administração entende que, apesar da celebração do contrato de opções de compra e venda de ações, os acionistas não controladores do IBCMED preservaram seu direito aos riscos e benefícios associados à sua participação no capital da mesma. Dessa forma, sua participação foi destacada no patrimônio líquido consolidado. 4. Resumo das Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário. 4.1 Consolidação: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (a) Controladas: Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. (b) Transações com participações de não controladores: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores. (c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto: Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou joint venture ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. 4.2 Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são mensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. 4.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor. 4.4 Ativos financeiros: 4.4.1 Classificação: O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado, • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. (a) Ativos financeiros ao custo amortizado: Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos. (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem. Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. 4.4.3 Mensuração: No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. 4.4.4 Impairment: O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. 4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 4.5 Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. 4.6 Depósitos judiciais: Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo. A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras. Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários. 4.7 Ativos de indenização: São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial. 4.8 Imobilizado: O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Terrenos e obras em andamento não são depreciadas. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

Ativo	Anos
Benefícios em imóveis de terceiros	10-34
Educação	25-70
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamento de laboratório	5-10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado. 4.9 Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição. O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças, polos EAD são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que, a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula. Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

Ativo	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 – 4,5
Acordo de não competição	8
Mailing list	3
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso; • A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo; • Há capacidade de usar o intangível; • Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos, e; • Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos. 4.10 Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. 4.11 Combinação de negócios: O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende: • Valores justos dos ativos transferidos • Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido • Participações societárias emitidas pelo Grupo • Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e • Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida. O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos. O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa. Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data de aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro. A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente mensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado. 4.12 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 4.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 4.14 Provisões para contingências: As provisões de processos judiciais (trabalhistas, civis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando o valor de taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão de risco. Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 4.15 Imposto de renda e contribuição social: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. 4.15.1 Corrente: Conforme descrito na nota explicativa 4.17.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos. O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI. Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. 4.15.2 IRPJ e CSLL Diferido: Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações. O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do plano de determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido. 4.17 Reconhecimento de receita: 4.17.1 Mensalidades: A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos in company, tanto em ensino presencial e a distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software. A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará em até 90% da primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequentemente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos. As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços e receber adiantamentos dos alunos e da Pravelar antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem ser inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico. 4.17.2 Eventos: As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de

reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível após a realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos. 4.17.3 Outras receitas: Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria dessas operações ocorre espontaneamente e operacionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento. 4.18 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo: 4.18.1 FIES: O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC"). Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal. Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1). O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros. Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020. As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES. 4.18.2 PROUNI: O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia. Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória ("MP") nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período. As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano seguinte seletivo. A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão: • IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e • PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia. A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2021 e 2022. 4.19 Resultado financeiro líquido: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas. 4.20 Arrendamento: As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados ao arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir o ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado; e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	0 a 8 anos		% por prazos	
	9 a 16 anos	17 a 25 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	11,31%	13,50%	12,25%	13,15%
Goiás	-	-	-	12,94%
Minas Gerais	11,37%	12,37%	11,12%	12,62%
Santa Catarina	10,31%	12,56%	10,56%	12,56%
Bahia	11,11%	13,65%	12,75%	13,00%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos diretos iniciais; e • Custos de restauração, quando aplicável. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear com uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador. 4.21 Distribuição de lucros: De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, exceto para a controlada VC network, onde a distribuição é de 100%. Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária. 4.22 Transações com partes relacionadas: Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades. 4.23 Relatório de segmento: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. A apresentação dos segmentos é conforme segue: • Inspiral Medicina – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina. • Pós-graduação Medicina - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in company, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina. • Ex-Medicina - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (ex-ceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância. A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. 4.24 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas e práticas contábeis foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas e práticas contábeis, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a

liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com...

Table with columns: Laureate (a), IBCMED (a), Oresidente (b), MedPós (b), Total. Rows include % Participação, Pagamento à vista, Pagamentos parcelados, etc.

a) Valores referem-se à alocação final do preço de compra do Grupo Laureate e do IBCMED, adquiridas em 2021...

Table with columns: Medroom (a), IBCMED (b), Total. Rows include % Participação, Pagamento à vista, Earn-out, etc.

(a) Valores referem-se à alocação final do investimento da Medroom adquirido em 2020. Houve a alocação dos ativos adquiridos pelo valor justo de R\$ 5.576...

Table with columns: Laureate, IBCMED (a), Oresidente (b), MedPós (b), Total. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Outros ativos circulantes, etc.

(a) A Companhia e seus consultores finalizaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, consequentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022...

Table with columns: Laureate, IBCMED (a), Oresidente (b), MedPós (b), Total. Rows include Passivos, Circulantes, IR/CS diferido passivo, etc.

(a) A Companhia e seus consultores finalizaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, consequentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022...

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras - Operações, etc.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez...

Table with columns: Consolidado. Rows include Contas a receber mensais (a), FIES - Financiamento estudantil (b), etc.

(a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2021, Reorganização societária, Aumento de capital, etc.

(a) Refere-se a cessão de ações da Sobep pela Anima Holding para a Inspiral a valor patrimonial...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2021, Reorganização societária, Aumento de capital, etc.

Table with columns: De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, De 361 a 720 dias, Total. Rows include Saldo em 31/12/2021, Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, etc.

(a) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento...

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, % Perda por faixa de vencimento, Saldo líquido, etc.

(a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Para Estudantes de Medicina temos 50,3% e para Estudantes Não Medicina temos 59,7%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Conforme descrito na nota explicativa 2.4, a Pensare, que atuava única e exclusivamente como um holding intermediária da UAM, UNP e Unifacs...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Conforme descrito na nota explicativa 2.4, a Pensare, que atuava única e exclusivamente como um holding intermediária da UAM, UNP e Unifacs...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se à participação de acionistas minoritários. (b) Conforme descrito na nota 2.4, após a conclusão da reorganização societária, a Inspiral tornou-se controladora da VC Network...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2021, Aumento de capital, Resultado de equivalência patrimonial, etc.

(a) Refere-se à participação de acionistas minoritários. (b) Conforme descrito na nota 2.4, após a conclusão da reorganização societária, a Inspiral tornou-se controladora da VC Network...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2021, Aumento de capital, Resultado de equivalência patrimonial, etc.

(a) Refere-se à participação de acionistas minoritários. (b) Conforme descrito na nota 2.4, após a conclusão da reorganização societária, a Inspiral tornou-se controladora da VC Network...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2021, Aumento de capital, Resultado de equivalência patrimonial, etc.

(a) Refere-se à participação de acionistas minoritários. (b) Conforme descrito na nota 2.4, após a conclusão da reorganização societária, a Inspiral tornou-se controladora da VC Network...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2021, Aumento de capital, Resultado de equivalência patrimonial, etc.

(a) Refere-se à participação de acionistas minoritários. (b) Conforme descrito na nota 2.4, após a conclusão da reorganização societária, a Inspiral tornou-se controladora da VC Network...

Table with columns: Diversos, Consolidado. Rows include Colaboradores (a), Forneceadores, Total.

(a) Refere-se, principalmente, a adiamento de férias. 9. Impostos e Contribuições a Recuperar: Controladora, Consolidado.

Table with columns: Consolidado. Rows include IRRF (a), IRPJ/CSLL (b), Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c), etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB")...

Table with columns: Consolidado. Rows include Saldo inicial, Movimentação, Reversão de imposto diferido, etc.

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 935A-2AC4-8878-98BC.

Continuação ->
Biblioteca e videoteca 1.133 123 (1.223) 23.619 - (5.725) 83 (17) 17.993
Móveis e utensílios 1.316 5.237 (1.418) 37.081 37 (9.295) 164 (713) 32.409
Computadores e periféricos 872 3.190 (16) 15.946 - (6.906) 262 (20) 13.328
Equipamentos de laboratórios 4.559 10.722 (186) 45.624 - (6.937) (21) (2.835) 50.926
Outros 642 1.313 (78) 4.820 6 (2.131) 10 (74) 4.508
Imobilizado em andamento (b) 36 33.817 454 8.483 - - (25.545) (358) 16.887
Total 11.500 71.007 (7.735) 489.811 82 (90.903) - (7.669) 466.093

Saldo líquido em 31/12/2020 Adições Combinação de negócio (c) Baixas Depreciações Reclassificação reorganização societária (d) Efeitos de reorganização societária (d) Saldo líquido em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a) - - - 37 - (55) 511 945 1.438
Máquinas e equipamentos - 215 1.236 - - (362) - 5.616 6.705
Biblioteca e videoteca - - - - - (80) - 1.212 1.132
Móveis e utensílios 23 50 - - (2) (101) 2 1.345 1.317
Computadores e periféricos 191 120 - - - (167) - 728 872
Imobilizado em andamento (b) - 253 - - - - 296 36
Total 214 638 1.273 (2) (765) (513) 10.142 11.500

(a) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos. (b) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos, principalmente, para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação. (c) Referem-se às adições decorrentes das combinações de negócios provenientes da empresa IBCMED, ocorrida em 2021. (d) Refere-se ao saldo do balanço na data de aquisição da Sobepe e Ages decorrente da operação de cessão de ações da Sobepe para a Inspirali a valor patrimonial. (e) Transferências realizadas entre empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle apenas da Anima Holding S.A. mas que não fazem parte da Inspirali. (f) Refere-se aos saldos de reorganização societária conforme descrito na Nota 2.4. 13.1 Ativos cedidos em garantia: A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada a garantia de processos judiciais e alguns empréstimos. Foram oneradas as edificações e terrenos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$ 99.770 em 31 de dezembro de 2022 em tais transações. 14. Direito de Uso de Arrendamentos e Arrendamentos a Pagar: Movimentações dos saldos: A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ativo Passivo Resultado
Saldo em 31/12/2021 12.420 13.550
Reorganização societária 1.079.556 1.213.939
Adição e remensuração 195.700 195.700
Baixa (101.376) (108.749) 7.373
Pagamento - (294.738)
Concessão de pagamentos (a) - (2.412)
Amortização (172.373) (172.373)
Despesa financeira - 141.608 (141.608)
Saldo em 31/12/2022 1.013.927 1.158.898 (304.196)
Circulante 151.186 151.186
Não circulante 1.013.927 1.007.712

(a) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPQ 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 30 de junho de 2022, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 2.412, diretamente no resultado do exercício, e não como uma modificação de contrato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Ativo Passivo Resultado
Saldo em 31/12/2020 11.490 12.415
Aquisições (a) 1.223 1.223
Adição e remensuração - (784)
Pagamento (293) (293)
Amortização 696 (696)
Despesa financeira 13.550 (989)
Saldo em 31/12/2021 12.420 13.550
Circulante 230
Não circulante 12.190

(a) As adições identificadas nesta linha são decorrentes da aquisição de participação societária por meio da cessão da Sobepe para a Anima Holding para a Inspirali. Os pagamentos mínimos estimados (valor presente) para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

Consolidado 31/12/2022
2024 164.722
2025 137.706
2026 67.961
2027 64.134
Após 2027 573.189
Total 1.007.712

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 3,65% ao ano para 2024, 3,25% para anos posteriores a 2025, conforme boletim Focus publicado em 30 de dezembro de 2022. Apresentamos na coluna "Com inflação"

Saldo líquido em 31/12/2021 Adições Combinação de negócio (a) Baixas Amortização Transferência (b) Efeito de reorganização societária (a) Saldo líquido em 31/12/2022
Intangíveis em combinações de negócios
Ágio 183.912 - - - - (67.423) 2.562.601 2.679.090
Marcas e patentes 23.005 - - (13.984) - - 401.900 411.510
Licença 37.611 - - - - - 1.127.503 1.165.114
Carteira de clientes 8.265 - - (141.586) - 2.019 414.098 282.796
Acordo de não competição - - - - - - 70.997 70.997
Material EAD - - - (1.810) - - 2.254 507
Polos EAD - - - - - - 4.928 4.928
Tecnologia 6.618 - - (1.690) - - - -
Intangíveis reconhecidos pelo custo
Softwares 549 10.453 (4) (9.465) 355 - 19.157 21.045
Desenv. conteúdo EAD 6.154 22.352 (2.027) (17.226) 188 - 29.990 39.431
Credenciamento MEC 305 1.632 - (2.031) 28 - 3.490 3.424
Cessão de Uso/Know-How - - - - - - - -
Intangível em desenvolvimento 725 1.290 (8) - (284) 661 2.384
Direitos autorais - - - - - 1 - 1
Total 267.144 35.727 (2.039) (187.792) 287 (64.751) 4.632.651 4.681.227

(a) Em 2021, as adições identificadas nesta coluna são decorrentes da alocação preliminar do preço de compra da combinação de negócios proveniente do IBCMED. Já em 2022, refere-se à finalização do processo de alocação do preço de compra do Grupo Laureate e IBCMED, bem como das combinações de negócios provenientes das aquisições da MedPós e Oresidente. 15.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa: Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo

Consolidado 31/12/2022
Intangíveis amortizáveis Intangíveis não amortizáveis
Carteira de clientes Acordo de não competição Marcas e patentes Material EAD Tecnologia Polos EAD Licença Ágio Total Geral
UAM 108.498 - - - 256 - 21.825 1.745.480 1.048.795
UNIFACS 91.693 - - - 157 - 24.138 298.826 577.024
UNP 32.385 - - - 93 - 18.034 191.332 242.127
Unisul 40.591 - - - - - 7.000 96.896 163.624
USJT - - - - - - - - 174.445
Ages 1.199 - - - - - 37.609 125.247 179.315
Faseh 949 - - - - - 33.602 117.239 151.790
UniFG 5.344 - - - - - 19.920 83.471 108.735
SOCIESC - - - - - - 3.787 45.103 67.934
IEDUC - - - - - - - 38.114 60.057
IBCMED 2.135 - - - - - - 37.870 47.493
Jangada - - - - - - - 3.191 3.899
FACED - - - - - - - 2.678 4.414
Medpos - - - - - - - 4.707 4.707
Oresidente - - - - - - - 513 513
Medroom - - - - - - - 14.234 19.162
Total 282.794 - - - 498 4.928 70.997 1.165.109 2.679.090

15.2 Teste ao valor recuperável de ativos (impairment): Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de redução do valor recuperável de tais ativos. 15.2.1 UGC's dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ex-Medicina: Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2023, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo. Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, é próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo. As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Premissas
Taxa de desconto ao ano (pre-tax) 14,6%
Período de projeção 10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade 3,00%
Crescimento médio da receita ao ano 3,55%
Crescimento médio dos gastos ao ano 1,26%
Carrying amount (valor testado) 5.253.472
As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's não participantes do PROUNI foram:

Premissas
Taxa de desconto ao ano (pre-tax) 12%
Período de projeção 10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade 3,00%
Crescimento médio da receita ao ano 7,21%
Crescimento médio dos gastos ao ano 5,16%
Carrying amount (valor testado) 63.954

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:
Controladora 31/12/2022 31/12/2021
Moeda nacional
Circulante circulante Total Circulante circulante Total
Debêntures 1ª emissão (a) 69.121 1.974.270 2.043.391 - - -
Total 69.121 1.974.270 2.043.391 - - -
Consolidado 31/12/2022 31/12/2021
Circulante circulante Total Circulante circulante Total
Debêntures 1ª emissão (a) 69.121 1.974.270 2.043.391 - - -
CEF 1.092 - 1.092 - - -
Santander 11 11 22 - - -
Total 70.224 1.974.281 2.044.505 - - -
(a) Em 31 de março de 2022, a Inspirali finalizou a 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000. O custo relacionado a essa emissão totalizou R\$ 39.256. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas - vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses - incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão. Análise das cláusulas contratuais restritivas ("covenants") A primeira verificação ocorrerá com base no formulário de informações trimestrais de 31 de março de 2023 e as demais verificações serão realizadas em março de cada ano, sempre com base nos últimos 12 (doze) meses. Índice Requerido
Até 31 de março de 2024 (inclusive):
Divida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma (i) < 3,5
A partir de 31 de março de 2024:
Divida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma < 3,0
EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3
(i) "Pro forma" é o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 (doze) meses, com a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura desta Escritura de Emissão, o EBITDA Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladora da Emissora elaborados a partir de balanços contábeis das empresas adquiridas. a) As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

Consolidado
Garantias Taxa média de juros (anual) Indexador Data de início Data de término
Fiância da Brasil Educação e cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, relativos à medicina, detidos e a serem devolvidos pelas empresas controladas pela Inspirali. 2,6% CDI 31/03/2022 30/03/2027
Alienação Fiduciária de Imóveis; Cessão Fiduciária de direitos creditórios de depósitos/ aplicação financeira. 6,8% CDI 23/08/2019 23/10/2023
Capital de giro moeda nacional - CEF
Outros empréstimos - Santander financiamento / Cessão fiduciária 9,6% - 27/11/2019 13/11/2024
(b) Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:
Controladora 31/12/2022 31/12/2021
Valor presente Valor nominal Valor presente Valor nominal
2024 564.077 777.136 564.088 777.149
2025 564.077 699.102 564.077 699.102
2026 564.077 623.217 564.077 623.217
Após 2026 282.039 540.962 282.039 540.962
Total 1.974.270 2.640.417 1.974.281 2.640.430
(c) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:
Controladora 31/12/2022 31/12/2021
Adição Juros pagos incorridos Custos debêntures Saldo em 31/12/2022
Debêntures 1ª emissão - 1.960.420 (153.942) 230.980 5.933 2.043.391
Total - 1.960.420 (153.942) 230.980 5.933 2.043.391
Consolidado 31/12/2022 31/12/2021
Efeitos de reorganização societária Amortizações Juros pagos incorridos Custos debêntures Saldo em 31/12/2022
Debêntures 1ª emissão - 1.960.420 - (153.942) 230.980 5.933 2.043.391
CEF - - 2.403 (1.591) (40) 320 - 1.092
Santander - - 32 (10) (3) 3 - 22
Total - 1.960.420 2.435 (1.601) (153.985) 231.303 5.933 2.044.505
17. Obrigações Sociais e Salários:
Controladora 31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021
Salários 815 205 32.775 387
Férias a pagar 1.122 341 65.322 1.072
INSS 455 122 20.449 408
FGTS 135 45 7.513 140
Outros (a) - - 945 186
Total 2.527 713 127.004 2.193
(a) Composto principalmente por empréstimo consignado e contribuição social a recolher. 18. Obrigações Tributárias:
Controladora 31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021
IRRF (a) 916 214 18.423 593
ISS 58 - 12.559 309
INSS - - 3.153 -
PIS e COFINS 951 22 3.656 784
IRPJ / CSLL - - 1.398 -
Outros (b) 213 - 920 17
Total 2.138 236 40.109 1.703
(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários. (b) Refere-se principalmente a IPTU e IOF a recolher. 19. Adiantamentos de Clientes:
Consolidado 31/12/2022 31/12/2021
Adiantamentos de alunos (a) 67.459 2.267
Faturamento antecipado de clientes (b) 23.827 316
Projetos de pesquisa 572 -
Total 91.858 2.583
Passivo Circulante 85.996 2.583
Passivo Não Circulante 5.862 -
(a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravalver, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravalver S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravalver S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalver. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalver faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviços. (b) Refere-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. 20. Parcelamento de Impostos e Contribuições:
Consolidado 31/12/2022 31/12/2021
PROIES (a) 34.954 -
RFB (b) 10.503 -
RFB PERT LEI 13.496 (b) 10.420 -
ISSQN (c) 1.287 -
PGFN (b) 4.625 -
FGTS (d) 764 -
PRT IV (b) 1.450 -
Outros parcelamentos (b) 2.614 -
Total 66.617 -
Passivo circulante 13.374 -
Passivo não circulante 53.243 -
A responsabilidade é do acionista preferencialista. (a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisul pela controlada Sociesc relativo à adesão ao PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº. 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 20 de maio de 2013. (b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida UniFG relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como PIS e Cofins sobre o faturamento. A instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados. (c) Municipais: Refere-se a parcelamentos de ISS da UniFG junto à Prefeitura de Guanambi, relativos a imposto devido sobre o faturamento dos anos de 2014 a 2020. (d) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS da controlada IEDUC junto à Caixa Econômica Federal. Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo não circulante:
Cronograma de pagamentos 31/12/2022 31/12/2021
2024 1.213
2025 12.090
2026 7.780
2027 6.398
Após 2027 25.762
Total 53.243
21. Títulos e Obrigações em Aquisições:
Continua ->

Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado																																																	
Índice de Correção	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																
Earnings																																																							
Aquisição da Medroom	INPC	6.563	6.511	6.563	6.511	-	-																																																
Aquisição da MedPós	INPC	-	-	2.250	9.731	-	-																																																
Aquisição da Agés	-	-	-	9.891	-	-	-																																																
Aquisição UniFG	INPC	-	-	24.340	-	-	-																																																
Aquisição Laureate	-	-	-	19.500	-	-	-																																																
Aquisição do IBCMED	-	38.652	40.493	38.652	40.493	-	-																																																
		45.215	47.004	101.196	56.735	-	-																																																
Parcelamentos																																																							
Aquisição da Medroom	INPC	2.065	2.304	2.065	2.304	-	-																																																
Aquisição Manutenção da Faced (d)	IPCA	-	-	732	-	-	-																																																
Aquisição UniFG	INPC	-	-	1.140	-	-	-																																																
Aquisição Sociess (d)	INPC	-	-	34.556	-	-	-																																																
Bolsas Proies a conceder (a) (d)	Selic	-	-	80.458	-	-	-																																																
Aquisição da MedPós	-	-	-	350	-	-	-																																																
Aquisição da Sobepe	-	-	168.248	-	168.248	-	-																																																
Aquisição da VC Network	-	40.475	-	40.475	-	-	-																																																
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (b) (d)	Selic 100%	-	-	632	-	-	-																																																
		42.540	170.552	160.408	170.552	-	-																																																
Opção de compra																																																							
Passivo de resgate de opção IBCMED (c)	-	88.720	78.747	88.720	78.747	-	-																																																
		88.720	78.747	88.720	78.747	-	-																																																
Total		177.475	296.303	350.324	306.034	-	-																																																
Passivo circulante		49.892	200.803	105.856	200.803	-	-																																																
Passivo não circulante		126.583	95.500	244.668	105.211	-	-																																																
(a) O PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012, consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido - o valor devido está reconhecido na linha de "Parcelamentos de impostos e contribuições", parte do passivo. O saldo apresentado como parte dos "Títulos e obrigações em aquisições" se refere ao valor de bolsas a serem ofertadas no programa assumidos pela controladora Sociess para que os vendedores da Unisul possam quitar o parcelamento Proies. O valor das bolsas a ofertar foi mensurado a valor justo. (b) Refere-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pela Laureate. (c) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED. O contrato prevê a opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra serão mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "títulos e obrigações em aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme determina o CPC 36 (R3) / IFRS 10. (d) Todas as obrigações que não possuem ligação com curso de medicina, devem ser consideradas como obrigações únicas e exclusivamente da acionista preferencialista, conforme acordo firmado entre os acionistas. Seguem, abaixo, quadros com a movimentação dos títulos e obrigações em aquisições e com o cronograma de pagamento:																																																							
Reconhecimento de receita																																																							
Reconhecida ao longo do tempo																																																							
Reconhecida no momento da prestação																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>1.511</td> <td>-</td> <td>2.817.173</td> <td>19.294</td> </tr> <tr> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.370</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.511</td> <td>-</td> <td>2.823.543</td> <td>19.323</td> </tr> </tbody> </table>									31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		1.511	-	2.817.173	19.294		-	-	6.370	29		1.511	-	2.823.543	19.323																												
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021																																																			
	1.511	-	2.817.173	19.294																																																			
	-	-	6.370	29																																																			
	1.511	-	2.823.543	19.323																																																			
(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEUC, FG-FIES e agente financeiro), Praveler e pagas aos Polos EAD. Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Gratuidade PROUNI</td> <td>(418.663)</td> <td>(1.179)</td> </tr> <tr> <td>Bolsas e descontos concedidos</td> <td>(1.758.205)</td> <td>(6.529)</td> </tr> <tr> <td>Convênios com empresas</td> <td>(53.113)</td> <td>(195)</td> </tr> <tr> <td>Devoluções, abatimentos e outros</td> <td>(205.240)</td> <td>(2.215)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(2.435.221)</td> <td>(10.118)</td> </tr> </tbody> </table>									31/12/2022	31/12/2021	Gratuidade PROUNI	(418.663)	(1.179)	Bolsas e descontos concedidos	(1.758.205)	(6.529)	Convênios com empresas	(53.113)	(195)	Devoluções, abatimentos e outros	(205.240)	(2.215)	Total	(2.435.221)	(10.118)																														
	31/12/2022	31/12/2021																																																					
Gratuidade PROUNI	(418.663)	(1.179)																																																					
Bolsas e descontos concedidos	(1.758.205)	(6.529)																																																					
Convênios com empresas	(53.113)	(195)																																																					
Devoluções, abatimentos e outros	(205.240)	(2.215)																																																					
Total	(2.435.221)	(10.118)																																																					
26. Receitas e (Despesas) por Natureza:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>Nota Explicativa</th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Gastos com pessoal</td> <td>(19.966)</td> <td>(3.786)</td> </tr> <tr> <td>Gastos com aluguel e ocupação (a)</td> <td>(1)</td> <td>(78.706)</td> </tr> <tr> <td>Gastos com serviços de terceiros</td> <td>(12.855)</td> <td>(1.034)</td> </tr> <tr> <td>Propaganda e publicidade</td> <td>(1.193)</td> <td>(140)</td> </tr> <tr> <td>Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa</td> <td>7</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Despesas com depreciação</td> <td>13</td> <td>(7)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com amortização</td> <td>12 e 15</td> <td>(2.451)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com amortização direito de uso</td> <td>14</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Manutenção</td> <td>(408)</td> <td>(16)</td> </tr> <tr> <td>Deslocamentos</td> <td>(715)</td> <td>(115)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis</td> <td>22</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Impostos e taxas</td> <td>(36)</td> <td>(63)</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas (despesas) líquidas</td> <td>(1.335)</td> <td>(91)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(38.967)</td> <td>(5.669)</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Gastos com pessoal	(19.966)	(3.786)	Gastos com aluguel e ocupação (a)	(1)	(78.706)	Gastos com serviços de terceiros	(12.855)	(1.034)	Propaganda e publicidade	(1.193)	(140)	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7	-	Despesas com depreciação	13	(7)	Despesas com amortização	12 e 15	(2.451)	Despesas com amortização direito de uso	14	-	Manutenção	(408)	(16)	Deslocamentos	(715)	(115)	Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	22	-	Impostos e taxas	(36)	(63)	Outras receitas (despesas) líquidas	(1.335)	(91)	Total	(38.967)	(5.669)
	Controladora	Consolidado																																																					
Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021																																																					
Gastos com pessoal	(19.966)	(3.786)																																																					
Gastos com aluguel e ocupação (a)	(1)	(78.706)																																																					
Gastos com serviços de terceiros	(12.855)	(1.034)																																																					
Propaganda e publicidade	(1.193)	(140)																																																					
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7	-																																																					
Despesas com depreciação	13	(7)																																																					
Despesas com amortização	12 e 15	(2.451)																																																					
Despesas com amortização direito de uso	14	-																																																					
Manutenção	(408)	(16)																																																					
Deslocamentos	(715)	(115)																																																					
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	22	-																																																					
Impostos e taxas	(36)	(63)																																																					
Outras receitas (despesas) líquidas	(1.335)	(91)																																																					
Total	(38.967)	(5.669)																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Gastos com pessoal</td> <td>(19.966)</td> <td>(3.786)</td> </tr> <tr> <td>Gastos com aluguel e ocupação (a)</td> <td>(1)</td> <td>(78.706)</td> </tr> <tr> <td>Gastos com serviços de terceiros</td> <td>(12.855)</td> <td>(1.034)</td> </tr> <tr> <td>Propaganda e publicidade</td> <td>(1.193)</td> <td>(140)</td> </tr> <tr> <td>Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa</td> <td>7</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Despesas com depreciação</td> <td>13</td> <td>(7)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com amortização</td> <td>12 e 15</td> <td>(2.451)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com amortização direito de uso</td> <td>14</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Manutenção</td> <td>(408)</td> <td>(16)</td> </tr> <tr> <td>Deslocamentos</td> <td>(715)</td> <td>(115)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis</td> <td>22</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Impostos e taxas</td> <td>(36)</td> <td>(63)</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas (despesas) líquidas</td> <td>(1.335)</td> <td>(91)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(38.967)</td> <td>(5.669)</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Gastos com pessoal	(19.966)	(3.786)	Gastos com aluguel e ocupação (a)	(1)	(78.706)	Gastos com serviços de terceiros	(12.855)	(1.034)	Propaganda e publicidade	(1.193)	(140)	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7	-	Despesas com depreciação	13	(7)	Despesas com amortização	12 e 15	(2.451)	Despesas com amortização direito de uso	14	-	Manutenção	(408)	(16)	Deslocamentos	(715)	(115)	Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	22	-	Impostos e taxas	(36)	(63)	Outras receitas (despesas) líquidas	(1.335)	(91)	Total	(38.967)	(5.669)
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Gastos com pessoal	(19.966)	(3.786)																																																					
Gastos com aluguel e ocupação (a)	(1)	(78.706)																																																					
Gastos com serviços de terceiros	(12.855)	(1.034)																																																					
Propaganda e publicidade	(1.193)	(140)																																																					
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7	-																																																					
Despesas com depreciação	13	(7)																																																					
Despesas com amortização	12 e 15	(2.451)																																																					
Despesas com amortização direito de uso	14	-																																																					
Manutenção	(408)	(16)																																																					
Deslocamentos	(715)	(115)																																																					
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	22	-																																																					
Impostos e taxas	(36)	(63)																																																					
Outras receitas (despesas) líquidas	(1.335)	(91)																																																					
Total	(38.967)	(5.669)																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisões trabalhistas</td> <td>98.567</td> <td>48</td> </tr> <tr> <td>Provisões tributárias</td> <td>268.618</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisões cíveis</td> <td>115.021</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>482.206</td> <td>48</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Provisões trabalhistas	98.567	48	Provisões tributárias	268.618	-	Provisões cíveis	115.021	-	Total	482.206	48																														
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Provisões trabalhistas	98.567	48																																																					
Provisões tributárias	268.618	-																																																					
Provisões cíveis	115.021	-																																																					
Total	482.206	48																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativos de indenização (a)</td> <td>132.559</td> <td>(575)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>132.559</td> <td>(575)</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Ativos de indenização (a)	132.559	(575)	Total	132.559	(575)																																				
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Ativos de indenização (a)	132.559	(575)																																																					
Total	132.559	(575)																																																					
(a) Referem-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor (nota explicativa 11). 22.2 Movimentação: A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis</td> <td>482.206</td> <td>48</td> </tr> <tr> <td>Ativos de indenização (a)</td> <td>(132.559)</td> <td>(575)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>349.647</td> <td>(527)</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	482.206	48	Ativos de indenização (a)	(132.559)	(575)	Total	349.647	(527)																																	
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	482.206	48																																																					
Ativos de indenização (a)	(132.559)	(575)																																																					
Total	349.647	(527)																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativos de indenização (a)</td> <td>132.559</td> <td>(575)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>132.559</td> <td>(575)</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Ativos de indenização (a)	132.559	(575)	Total	132.559	(575)																																				
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Ativos de indenização (a)	132.559	(575)																																																					
Total	132.559	(575)																																																					
(a) Referem-se, principalmente, às despesas com alugueis com os contratos que não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 14. 27. Informações por Segmentos de Negócios:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Graduação</td> <td>1.058.369</td> <td>26.452</td> </tr> <tr> <td>Pós-Graduação</td> <td>(310.893)</td> <td>(4.112)</td> </tr> <tr> <td>Ex-Medicina</td> <td>747.476</td> <td>867.324</td> </tr> <tr> <td>Recita Líquida</td> <td>(13.716)</td> <td>(57)</td> </tr> <tr> <td>Custo dos Produtos e Serviços</td> <td>(17.780)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Lucro Bruto</td> <td>(221.765)</td> <td>(17.738)</td> </tr> <tr> <td>Recitas (Despesas) Operacionais</td> <td>(16.494)</td> <td>(510)</td> </tr> <tr> <td>Recitas antes do Resultado Financeiro</td> <td>477.721</td> <td>4.035</td> </tr> <tr> <td>Resultados financeiros</td> <td>75.307</td> <td>709</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(283.281)</td> <td>(123)</td> </tr> <tr> <td>Lucro (Prejuízo) antes de Impostos</td> <td>269.747</td> <td>4.621</td> </tr> <tr> <td>IR/CS corrente</td> <td>(744)</td> <td>(3.229)</td> </tr> <tr> <td>IR/CS diferido</td> <td>220.852</td> <td>1.668</td> </tr> <tr> <td>Lucro (Prejuízo) do Exercício</td> <td>489.855</td> <td>3.060</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Graduação	1.058.369	26.452	Pós-Graduação	(310.893)	(4.112)	Ex-Medicina	747.476	867.324	Recita Líquida	(13.716)	(57)	Custo dos Produtos e Serviços	(17.780)	-	Lucro Bruto	(221.765)	(17.738)	Recitas (Despesas) Operacionais	(16.494)	(510)	Recitas antes do Resultado Financeiro	477.721	4.035	Resultados financeiros	75.307	709	Despesas financeiras	(283.281)	(123)	Lucro (Prejuízo) antes de Impostos	269.747	4.621	IR/CS corrente	(744)	(3.229)	IR/CS diferido	220.852	1.668	Lucro (Prejuízo) do Exercício	489.855	3.060
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Graduação	1.058.369	26.452																																																					
Pós-Graduação	(310.893)	(4.112)																																																					
Ex-Medicina	747.476	867.324																																																					
Recita Líquida	(13.716)	(57)																																																					
Custo dos Produtos e Serviços	(17.780)	-																																																					
Lucro Bruto	(221.765)	(17.738)																																																					
Recitas (Despesas) Operacionais	(16.494)	(510)																																																					
Recitas antes do Resultado Financeiro	477.721	4.035																																																					
Resultados financeiros	75.307	709																																																					
Despesas financeiras	(283.281)	(123)																																																					
Lucro (Prejuízo) antes de Impostos	269.747	4.621																																																					
IR/CS corrente	(744)	(3.229)																																																					
IR/CS diferido	220.852	1.668																																																					
Lucro (Prejuízo) do Exercício	489.855	3.060																																																					
Em 2021, não houve movimentação relevante, pois a reorganização societária ocorreu no exercício de 2022. 28. Resultado Financeiro, Líquido:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Recitas financeiras:</td> <td>62.159</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receita com aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>96.375</td> </tr> <tr> <td>Receita com juros de mensalidades</td> <td>-</td> <td>15.611</td> </tr> <tr> <td>Desconto obtido com arrendamento</td> <td>14</td> <td>2.412</td> </tr> <tr> <td>Desconto obtido</td> <td>4</td> <td>3.266</td> </tr> <tr> <td>Impostos e outras receitas</td> <td>(2.203)</td> <td>(11.312)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>59.960</td> <td>128.976</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras:</td> <td>(236.912)</td> <td>(141.608)</td> </tr> <tr> <td>Despesa financeira de arrendamento</td> <td>14</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Juros de financiamento Praveler</td> <td>-</td> <td>(242.848)</td> </tr> <tr> <td>Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos</td> <td>(5.178)</td> <td>(2.631)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas</td> <td>(513)</td> <td>(5)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(242.603)</td> <td>(472.832)</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>(182.643)</td> <td>(343.856)</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Recitas financeiras:	62.159	-	Receita com aplicações financeiras	-	96.375	Receita com juros de mensalidades	-	15.611	Desconto obtido com arrendamento	14	2.412	Desconto obtido	4	3.266	Impostos e outras receitas	(2.203)	(11.312)	Total	59.960	128.976	Despesas financeiras:	(236.912)	(141.608)	Despesa financeira de arrendamento	14	-	Juros de financiamento Praveler	-	(242.848)	Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(5.178)	(2.631)	Outras despesas	(513)	(5)	Total	(242.603)	(472.832)	Resultado financeiro	(182.643)	(343.856)
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Recitas financeiras:	62.159	-																																																					
Receita com aplicações financeiras	-	96.375																																																					
Receita com juros de mensalidades	-	15.611																																																					
Desconto obtido com arrendamento	14	2.412																																																					
Desconto obtido	4	3.266																																																					
Impostos e outras receitas	(2.203)	(11.312)																																																					
Total	59.960	128.976																																																					
Despesas financeiras:	(236.912)	(141.608)																																																					
Despesa financeira de arrendamento	14	-																																																					
Juros de financiamento Praveler	-	(242.848)																																																					
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(5.178)	(2.631)																																																					
Outras despesas	(513)	(5)																																																					
Total	(242.603)	(472.832)																																																					
Resultado financeiro	(182.643)	(343.856)																																																					
29. Transações com Partes Relacionadas: A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>1.040</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a receber</td> <td>17.463</td> <td>608.097</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>12.675</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>19.503</td> <td>620.772</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>135</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Títulos e obrigações em aquisições (a)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>-</td> <td>35</td> </tr> <tr> <td>Mútuos</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receitas</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>135</td> <td>35</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Contas a receber	1.040	-	Dividendos a receber	17.463	608.097	Outros	-	12.675	Total	19.503	620.772	Fornecedores	135	-	Títulos e obrigações em aquisições (a)	-	-	Fornecedores	-	35	Mútuos	-	-	Receitas	-	-	Total	135	35												
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Contas a receber	1.040	-																																																					
Dividendos a receber	17.463	608.097																																																					
Outros	-	12.675																																																					
Total	19.503	620.772																																																					
Fornecedores	135	-																																																					
Títulos e obrigações em aquisições (a)	-	-																																																					
Fornecedores	-	35																																																					
Mútuos	-	-																																																					
Receitas	-	-																																																					
Total	135	35																																																					
(a) Valor referente à cessão de ações da Sobepe pela Anima Holding à Inspirali pelo seu valor patrimonial de R\$ 168.248 em 2 de agosto de 2021. Valor foi quitado em 31 de março de 2022.																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>28.622</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a receber</td> <td>-</td> <td>110.840</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>28.622</td> <td>110.840</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>-</td> <td>1.491</td> </tr> <tr> <td>Títulos e obrigações em aquisições (a)</td> <td>-</td> <td>5.879</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>-</td> <td>347</td> </tr> <tr> <td>Mútuos</td> <td>-</td> <td>281</td> </tr> <tr> <td>Receitas</td> <td>-</td> <td>367</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>1.555</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Contas a receber	28.622	-	Dividendos a receber	-	110.840	Outros	-	-	Total	28.622	110.840	Fornecedores	-	1.491	Títulos e obrigações em aquisições (a)	-	5.879	Fornecedores	-	347	Mútuos	-	281	Receitas	-	367	Total	-	1.555												
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Contas a receber	28.622	-																																																					
Dividendos a receber	-	110.840																																																					
Outros	-	-																																																					
Total	28.622	110.840																																																					
Fornecedores	-	1.491																																																					
Títulos e obrigações em aquisições (a)	-	5.879																																																					
Fornecedores	-	347																																																					
Mútuos	-	281																																																					
Receitas	-	367																																																					
Total	-	1.555																																																					
(a) Anima Holding, Agés, Brasil Educacao, Unimonte, Faced, Politécnico, Catalana, Vidam, UNICURITIBA, Escola I. Sta Catarina, Rede, ASPEC (FPB), FADERGS, IBMR, SOCEC (FG), UNIRITTER, Outros																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Benefícios de curto prazo</td> <td>2.479</td> <td>428</td> </tr> <tr> <td>30. Instrumentos Financeiros: 30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:</td> <td>3.603</td> <td>428</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Benefícios de curto prazo	2.479	428	30. Instrumentos Financeiros: 30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:	3.603	428																																				
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Benefícios de curto prazo	2.479	428																																																					
30. Instrumentos Financeiros: 30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:	3.603	428																																																					
No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (a) Risco de liquidez - é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Menos de 1 ano</td> <td>154.370</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Entre 1 e 2 anos</td> <td>318.356</td> <td>1.476.251</td> </tr> <tr> <td>Acima de 2 anos</td> <td>111.432</td> <td>132.673</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>584.158</td> <td>1.609.924</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Menos de 1 ano	154.370	-	Entre 1 e 2 anos	318.356	1.476.251	Acima de 2 anos	111.432	132.673	Total	584.158	1.609.924																														
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Menos de 1 ano	154.370	-																																																					
Entre 1 e 2 anos	318.356	1.476.251																																																					
Acima de 2 anos	111.432	132.673																																																					
Total	584.158	1.609.924																																																					
Em 31 de dezembro de 2022:																																																							
Fornecedores																																																							
Empréstimos, financiamentos e debêntures																																																							
Títulos e obrigações em aquisição																																																							
Arendamentos a pagar																																																							
Em 31 de dezembro de 2021:																																																							
Fornecedores																																																							
Contas a pagar com partes relacionadas																																																							
Títulos e obrigações em aquisição																																																							
Arendamentos a pagar																																																							
Risco de crédito - É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. (i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pagaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com o objetivo de mitigar os possíveis efeitos da pandemia, a Companhia negociou uma flexibilização na modalidade de financiamento dos alunos junto ao Praveler. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as contas a receber encerraram com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores, como: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no exercício; e os efeitos da pandemia da Covid-19; e o contexto macroeconômico do País sobre a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos e acreditam que tais medidas poderão reverter os valores vencidos aos patamares historicamente observados. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado. (ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência Fitch Rating (nota explicativa 30.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>6</td> <td>155.811</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>6</td> <td>515.040</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>7</td> <td>1.616</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber com partes relacionadas</td> <td>29</td> <td>1.040</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos diversos</td> <td>430</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td>Créditos com partes relacionadas</td> <td>29</td> <td>17.463</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>691.400</td> <td>1.753.427</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Caixa e equivalentes de caixa	6	155.811	Aplicações financeiras	6	515.040	Contas a receber	7	1.616	Contas a receber com partes relacionadas	29	1.040	Adiantamentos diversos	430	68	Créditos com partes relacionadas	29	17.463	Total	691.400	1.753.427																					
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Caixa e equivalentes de caixa	6	155.811																																																					
Aplicações financeiras	6	515.040																																																					
Contas a receber	7	1.616																																																					
Contas a receber com partes relacionadas	29	1.040																																																					
Adiantamentos diversos	430	68																																																					
Créditos com partes relacionadas	29	17.463																																																					
Total	691.400	1.753.427																																																					
(f) Risco de mercado - É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilarem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio. (i) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas. Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, e sendo de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem. As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 31. 30.2 Gestão de capital: A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Empréstimos, financiamentos e debêntures</td> <td>16</td> <td>2.043.391</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>6</td> <td>(155.811)</td> </tr> </tbody> </table>									Controladora	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.043.391	Caixa e equivalentes de caixa	6	(155.811)																																				
	Controladora	Consolidado																																																					
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.043.391																																																					
Caixa e equivalentes de caixa	6	(155.811)																																																					

Continuação >			
Aplicações financeiras	6	(515.040)	(14.426)
Dívida líquida		1.372.540	(19.108)
Patrimônio líquido	24	1.557.258	(51.028)
Dívida total		2.929.798	(70.136)
Índice de alavancagem financeira		47%	27%
30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas: (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado. A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2022, foi de 14,11%.			
Controladora			
31/12/2022			
Passivos financeiros líquidos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.077.038	2.043.391
Títulos e obrigações em aquisições	21	176.475	176.475
Total		2.253.513	2.219.866
Consolidado			
31/12/2022			
Passivos financeiros líquidos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.078.152	2.044.505
Arrendamentos a pagar	14	1.158.898	1.158.898
Títulos e obrigações em aquisições	21	350.324	350.324
Total		3.587.374	3.553.727
(b) Hierarquia do Valor Justo: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar. 30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.			
Controladora			
31/12/2022			
Contrapartes sem classificação externa de crédito		1.616	644.439
Caixas e Bancos		1.616	644.439
Caixa		-	122
Bancos			
BBB+ (a)		-	-
AAA (a)	7	-	11.341
AA (a)	-	-	12.934
A- (a)	-	-	1.538
A (a)	7	8	25.935
Aplicações financeiras - Investimento			
AAA (a)		357.023	634.353
AA (a)		158.017	168.378
A- (a)		155.804	155.960
A (a)		670.844	950.697
(a) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. O saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa. 31. Análise de Sensibilidade: Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade de dois instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 13,65% (divulgada pela CETIP), INPC - 5,93%, IPCA - 5,78%, IGPM - 5,62% (divulgados pelo IBGE)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.			
Controladora			
31/12/2022			
Efeito no resultado			
Cenário 1 Cenário 2 Cenário 3			
provável (25%) (50%)			
Indexador	Risco	Valor	
CDI	Alta do CDI	(670.851)	(91.571)
INPC	Alta do INPC	2.043.391	278.923
CDI	Alta do CDI	8.628	512
INPC	Alta do INPC	1.381.168	187.864
Consolidado			
31/12/2022			
Efeito no resultado			
Cenário 1 Cenário 2 Cenário 3			
provável (25%) (50%)			
Indexador	Risco	Valor	
CDI	Alta do CDI	(958.693)	(130.862)
INPC	Alta do INPC	2.044.505	279.075
CDI	Alta do CDI	2.044.505	279.075
INPC	Alta do INPC	2.044.505	279.075

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Inspiral Educação S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Inspiral Educação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Inspiral Educação S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inspiral Educação S.A. e da Inspiral Educação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Reconhecimento de receitas e perdas esperadas em créditos (notas explicativas 4.5, 4.16, 7 e 25): As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas advêm substancialmente de mensalidades cobradas nos cursos de graduação e pós-graduação, em formato presencial e à distância. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e nos cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. Há, portanto, um grande volume de transações, em valores individualmente baixos, o que requer processos robustos de cadastro, faturamento e cobrança de títulos. Além disso, essa granularidade das transações também resulta em múltiplos perfis de crédito dos alunos, cujo status e riscos associados variam de acordo com a sua condição de estudante (ativo, inativo e graduado), a forma de pagamento (cartão de crédito, boleto ou cheques) e de adimplência (com mensalidades em dia ou renegociadas). Dessa forma, a Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com o objetivo de estimar o valor de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações a ser reconhecida, a qual representa um percentual relevante do saldo de contas a receber em aberto. Assim, consideramos o adequado reconhecimento de receitas e a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos como um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista o grande volume de transações e a relevância dos saldos envolvidos, bem como o alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receitas compreenderam, entre outros: (i) o entendimento dos processos para a efetivação de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (ii) a obtenção da base de dados de mensalidades do período e, através de técnicas de auditoria auxiliadas por computador, a totalização das mesmas e o confronto com os registros contábeis; (iii) a realização de testes de exceção visando identificar duplicidades e a integridade do número de mensalidades reconhecidas; (iv) a realização de testes de liquidação de títulos para uma amostra direcionada, visando a cobertura de parcela significativa das transações de receitas realizadas no período. Somado a esse procedimento, a seleção de amostra adicional para a realização de testes de inspeção do contrato de prestação de serviço, comprovante de matrícula, documentação de identificação do aluno, registro acadêmico e comprovante de presença (inclusive aqueles matriculados por meio do FIES), além da inspeção da evidência de pagamento de determinadas mensalidades através dos créditos bancários. Em relação à provisão para perdas esperadas em créditos, realizamos ainda o entendimento, com os responsáveis da administração, acerca dos principais critérios estabelecidos na política da Companhia e os controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, os quais têm como base a análise do status do aluno a receber em aberto por faixas de vencimento (aging list), o status do aluno (ativo, inativo e graduado) e característica do título (mensalidade em aberto ou acordo). Realizamos testes amostrais para conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como recalculamos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social. Adicionalmente, testamos as premissas da administração quanto aos percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, com base nas condições de mercado atuais e levando em conta estimativas futuras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas adotados pela administração para a apuração da receita no período correto e para a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos, bem como as correspondentes divulgações, são consistentes com as informações e documentos apresentados. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil indefinida (notas explicativas 4.10 e 15):** A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam R\$ 3.844.199 mil (consolidado), sendo R\$ 2.679.090 mil registrados como ativo e R\$ 1.165.109 mil referentes a licenças. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontadas, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de perda por redução do valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Por esse motivo, determinamos esse tema como um dos principais assuntos de

auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos trabalhos de auditoria incluíram, entre outros, procedimentos relacionados à avaliação da definição pela administração das unidades geradoras de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução do Valor Recuperável de Ativos". Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos, em base de testes, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa ou de receita (conforme aplicável), bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções (taxas de crescimento na perpetuidade, de receita e de gastos, taxa de desconto) mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos a análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são consistentes com dados e informações obtidos. **Porque é um PAA: Provisão para demandas judiciais (nota explicativa 22):** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração, razão pela qual consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para determinadas causas de natureza tributária mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas tributários. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos. **Porque é um PAA: Apuração de resultados atribuíveis aos acionistas de controlada em decorrência de acordo de acionistas (notas explicativas 2.4, 4.22 e 12):** A partir de 2021, a Anima Holding S.A. (controladora da Companhia) implementou uma reestruturação societária com o objetivo de estruturar os resultados de suas verticais e segmentos de negócio. De forma análoga, também no nível da Companhia e como parte dessa reorganização, os segmentos passaram a ser apresentados como Educação Médica, Ex-Medicina e *Lifelong Learning*. Como parte dessa reorganização, a controladora Anima Holding S.A. e a Companhia passaram a deter participações na controlada VC Network Educação S.A., a qual, por sua vez, detém participação nas empresas mantenedoras das instituições de ensino que, dentre outros, possui os cursos de medicina. Dessa forma, o capital social da VC Network Educação S.A. passou a se dividir em 45% de ações preferenciais de titularidade da Anima Holding S.A. e 55% de ações ordinárias de titularidade da Companhia. O estatuto da VC Network Educação S.A. previu ainda que aos detentores das ações preferenciais será garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais) que não for oriundo dos cursos de medicina, ficando com os detentores das ações ordinárias a parcela remanescente do lucro líquido do respectivo exercício social (também após realizadas as reservas legais). Para viabilizar a apuração das parcelas do lucro líquido a serem atribuídas aos acionistas detentores das ações preferenciais e ordinárias, foram estabelecidos critérios de rateio de despesas e receitas, os quais foram fixados contratualmente via acordo firmado entre os acionistas da Companhia. Adicionalmente, os critérios de rateio foram detalhados através de "Instrumento Particular de Convênio para Apuração de Resultados de Segmento de Negócio por Sociedades Empresárias Integrantes do Mesmo Grupo Empresarial", celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Adicionalmente, Anima Holding S.A. e a Companhia assinaram um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização, para o caso de, eventualmente, o lucro líquido passível de distribuição aos detentores de ações ordinárias (relativa aos cursos de medicina) ser afetado pela operação referente aos demais cursos (ou vice-versa). O processo de apuração e rateios das receitas e despesas a serem alocadas à parcela do lucro líquido passível de distribuição aos detentores de cada uma das classes de ações envolve o processamento de um alto volume de transações e requer um criterioso processo de análise e apuração por parte da administração. Por essas razões, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Efetuamos a leitura do acordo dos acionistas da Companhia, do Estatuto Social da VC Network S.A. e do Instrumento Particular de Convênio para Apuração de Resultados de Segmento de Negócio por Sociedades Empresárias Integrantes do Mesmo Grupo Empresarial ("Instrumento de Convênio"), celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Com base na leitura desses documentos, obtivemos o entendimento dos critérios de rateio a serem adotados na alocação do lucro líquido atribuído a cada classe de ações da VC Network S.A. Obtivemos o relatório analítico de receitas e confrontamos com o saldo de receitas líquidas nos registros contábeis. Sumarizamos os valores atribuídos aos cursos de medicina e aos demais cursos e confrontamos com as alocações correspondentes. A partir desse mesmo relatório analítico, selecionamos uma amostra para inspeção da documentação comprobatória visando corroborar a adequada identificação do respectivo curso. Obtivemos os razões contábeis por centro de custo, nos quais se identificam as rubricas objeto de alocações diretas e aquelas passíveis de rateios e realizamos os seguintes procedimentos: (i) com relação aos custos e despesas objeto de alocações diretas, selecionamos, a partir do sistema orçamentário da Companhia, uma amostra de transações específicas e verificamos a razoabilidade das mesmas em relação aos centros de custos onde foram alocadas; (ii) para os custos e despesas apropriados a centros de custos objeto de rateios, obtivemos o entendimento e verificamos a exatidão matemática das alocações com base nos critérios previstos no Instrumento de Convênio. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as apurações de receitas e despesas atribuíveis à parcela do lucro líquido passível de distribuição aos detentores de cada uma das classes de ações são consistentes com os critérios definidos no acordo firmado entre os acionistas da Companhia e no Instrumento de Convênio celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Consideramos ainda que as divulgações nas demonstrações financeiras também são coerentes com as evidências fornecidas pela administração. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS,

foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e se eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte, 19 de abril de 2023. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda - CRC 2SP000160/O-5 Fábio Abreu de Paula - Contador - CRC 1MG075204/O-0

Guilherme Colín de Soárez - Diretor Presidente
Tiago Garcia Moraes - Diretor Financeiro
Ederson Toshiyuki Yoritomi - Controller (CRC/SP 1SP265176/O-8)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/935A-2AC4-8878-98BC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 935A-2AC4-8878-98BC



Hash do Documento

iDmSEU5hCnNxFIFm3jur2KaMQ37rPlcGrDFUEnHoHpU=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/05/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 10/05/2023 22:15 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

